

Brasília, 13 de março de 2026.

PRESENTES NO CNG:

PELA DIREÇÃO DA FASUBRA: 12 coordenadoras/es

PELA BASE: SINTEST/RN (5 delegadas/os), ASAV (2 delegadas/os), ASSUFOP (2 delegadas/os), ASSUFRGS (5 delegadas/os), ASSUFMS (4 delegadas/os), SINTUFAL (1 delegada/o), ASUFPEL (2 delegados), SINTUFABC (1 delegada), SINTUFEJUF (1 delegado), SINTUFEPE-FEDERAL (6 delegadas/os), SINTUFES (2 delegados), SINTUFF (5 delegadas/os), SINDIEDUTEC (1 delegada), SINTESAM (1 delegada), ASSUFBA (4 delegadas/os), SINDITEST- PR (4 delegadas/os), SINDIFES - MG (2 delegados).

ADESÃO À GREVE

MAPA DE ADESÃO À GREVE - 2026

Região	Entidade/Instituição	UF	Deflagrou Greve	Data de início
Norte	SINDTIFESPA			
	UFPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UFRA	PA	NÃO	-
	UFOPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UNIFESPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	SINTESAM	AM	SIM	04 de março
	SINTEST/AC	AC	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIR	RO		
	SINTAD-TO			
	UFT	TO	-	-
	UFNT	TO	-	-
	SINSTAUFAP	AP	-	-
Nordeste	SINTESPB	PB	SIM	05 de março
	SINTESUF - INTERPB	PB	NÃO	-
	SINTUFCE			
	UFC	CE	NÃO	-
	UNILAB	CE	NÃO	-
	UFCA	CE	NÃO	-
	SINTUFEPE-RURAL			

	UFRPE	PE	SIM	02 de março
	UFAPE	PE	SIM	02 de março
	SINTUFEPE-FED	PE	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFBA-SIND			
	UFBA	BA	SIM	05 de março
	UFRB	BA	SIM	03 de março
	UFOB	BA	-	-
	UNILAB	BA	-	-
	UFSB	BA	SIM	05 de março
	SINTUFAL	AL	SIM	27 de fevereiro
	SINTEST RN			
	UFRN	RN	SIM	23 de fevereiro
	UFERSA	RN	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFS	SE	NÃO	-
	SINTEMA	MA	-	-
	SINTUFPI			
	UFPI	PI	SIM	23 de fevereiro
	UFDPAr	PI	SIM	23 de fevereiro
Centro Oeste	SINTUFMT			
	UFMT	MT	NÃO	-
	UFR	MT	NÃO	-
	SISTA-MS	MS	-	-
	SINT-IFESGO			
	IFG	GO	NÃO	-
	IFGO	GO	NÃO	-
	UFG	GO	NÃO	-
	UFJ	GO	NÃO	-
	UFCAT	GO	NÃO	-
	SINTFUB	DF	NÃO	-
	SINTEF UFGD	MS	SIM	23 de fevereiro
Sudeste	SINTUFF	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFRJ	RJ	SIM	09 de março
	ASUNIRIO	RJ	-	-

	SINTUR-RJ	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFESP	SP	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFSCAR	SP	NÃO	-
	SINTUFES	ES	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFEI	MG	-	-
	SINDIFES-MG			
	UFMG	MG	SIM	10 de março
	UFVJM	MG	SIM	10 de março
	CEFET-MG	MG	SIM	10 de março
	IFMG	MG	SIM	10 de março
	SINDUFLA	MG	SIM	23 de fevereiro
	ASAV-SINDIC	MG	SIM	23 de fevereiro
	SIND-ASSUFOP	MG	SIM	02 de março
	SINTET/UFU	MG	NÃO	-
	SINTUFEJUF			
	UJF	MG	SIM	23 de fevereiro
	IF - SUDESTE	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINDTTAE/UFTM	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINT/UNIFAL	MG	-	-
	SINDS-UFSJ	MG	SIM	24 de fevereiro
	SINTUF ABC	SP	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFSC	SC	NÃO	-
	SINDITEST-PR			
	UFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UTFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UNILA	PR	SIM	27 de fevereiro
	ASUFPEL	RS	SIM	23 de fevereiro
	APTAFURG			
	FURG	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS-R Gde	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFRGS			
	UFRGS	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS	RS	SIM	23 de fevereiro
	UFCSPA	RS	SIM	23 de fevereiro

Sul

ASSUFMSM	RS	SIM	23 de fevereiro
SINDIEDUTEC	PR	SIM	26 de fevereiro
SINDTAE-FS	SC	-	-
SINDIPAMPA	RS	-	-

CONJUNTURA

Contexto Político-Institucional Brasileiro

O caso do banco Master que envolve todos os poderes da república dos mais diversos setores e escalões do estado e da burguesia nacional expõe como funcionam as instituições do país e para que/quem elas servem. Enquanto isso, os servidores dos 18 institutos estaduais e municipais que viram os R\$1,8 bilhão em recursos de suas aposentadorias evaporarem seguem sem qualquer resposta. Os governadores e prefeitos e os que deram cobertura para as operações com o Master estão por aí livres e soltos. Ir a fundo às investigações, identificar e penalizar os criminosos não deve impedir de ir aos problemas de fundo de um sistema que, de conjunto, se mostra apodrecido. A reforma do judiciário com eleições populares para juízes, a auditoria da dívida pública ilegal, a revogação das reformas que tiraram direitos dos trabalhadores entre outras, são inseparáveis, urgentes e necessárias.

Elas não serão feitas sem mudar as regras do jogo. Em ano de eleições, a mudança pode começar indo à raiz da crise e assumindo a luta por uma verdadeira reforma política. O poder judiciário que passa a legislar e contra o povo anulando pontos de uma cláusula do Acordo Coletivo de trabalho dos/as trabalhadores/as dos Correios, já acatado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) depois de uma greve vitoriosa da categoria, ademais autorizou a pejetização irrestrita das relações de trabalho. Este mesmo judiciário têm alguns dos seus ministros relacionados ao maior escândalo financeiro do país: O Caso do Banco Master de Daniel Vorcaro.

O Congresso Nacional que tentou aprovar a anistia para os golpistas do 08/01 e a dosimetria de pena para Bolsonaro tem parlamentares influentes envolvidos no mesmo escândalo. Estes mesmos congressistas, desde o governo Bolsonaro, sequestram o orçamento público, que deveria ser destinado para a aplicação de políticas públicas como mais verbas para os serviços públicos, fomento aos programas sociais, etc., passa a ser distribuído a apadrinhados políticos em troca de favores eleitoreiros, através de emendas parlamentares, aplicadas sem qualquer tipo de fiscalização. Estas já chegam a um rombo de R\$61 bilhões, das quais R\$37 bilhões são impositivas.

O executivo federal, na busca de uma suposta governabilidade do sistema presidencialista de coalizão, que em linguagem popular é o famoso “toma lá dá cá”, tenta negociar, como um balcão de negócios, a aprovação de algumas pautas importantes e de interesse da classe trabalhadora como a isenção do Imposto de Renda, a taxaço dos super ricos, a valorização do salário mínimo, o fim da escala 6x1, dentre outras, faz concessões/isenções bilionárias com setores que lucram muito e pouco geram desenvolvimento e emprego para o país como o agronegócio, o sistema financeiro, etc.

Estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais prevê que o Orçamento de 2026 sofrerá uma perda total de R\$903 bilhões em vários tipos de renúncia fiscal. Isso significa que, se tal renúncia (equivalente a 7% do PIB) não mais existisse, a arrecadação seria 28,2% maior.

Somente as nossas lutas garantem direitos

A mobilização dos trabalhadores dos Correios, dos Petroleiros, dos povos indígenas no Pará e muitas outras frentes de luta pelo país, demonstra que somente com ela é possível assegurar direitos e avançar nas conquistas.

Nesse contexto, o movimento da nossa categoria conseguiu um acordo de greve em 2024, aquém das expectativas, ainda assim foi traído pelo governo ao não cumprir na integralidade o que foi acordado/negociado e é nessa quadra que a categoria retoma a greve para afirmar: acordo assinado é acordo cumprido!

A luta da categoria garante a conquista do RSC

O Comando Nacional de Greve e a direção da FASUBRA estiveram presentes durante a sessão do senado federal (10/03/26) que votou o PL 5874/25, e as matérias apensadas como o PL 6170/25. Nessa sessão foi consolidado no âmbito do parlamento a criação legal do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC enquanto instrumento de valorização remuneratória e do fazer da carreira Técnico Administrativa em Educação. Esta aprovação é resultado de um longo e amplo processo de pressão e luta da categoria desde congressos e plenárias em 2023, a participação da campanha no PPA participativo e principalmente a força da greve de 2024.

Este PL juntou diversos acordos estabelecidos entre diversas categorias do setor público e o governo federal num mesmo projeto de lei que também: 1) Regulamentou o RSC rebaixado (aquele que não foi acordado); 2) Criou cargos e entregou ao Hugo Mota a paternidade de um Instituto Federal no seu estado já visando as eleições deste ano, provavelmente num acordo para que o projeto passasse rapidamente pela Câmara dos deputados. Esta articulação foi objeto de homenagem e rasgação de seda do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao “grande articulador do projeto do executivo federal”. O PL como foi apresentado, sem espaço para emendas devido a possibilidade de retornar à Câmara o que poderia inviabilizar a implementação de todos os acordos devido ao prazo eleitoral. Nessa manobra, uma posição contrária da Categoria colocava todo o SPF contra a nossa categoria: Jogada de mestre.

A mobilização de nossa categoria impactou na redução de danos frente a desconfiguração do RSC contida no PL 6170/25, através do embate pelo cumprimento integral do acordo ao longo de 2025, com destaque para a pressão exercida nas mesas de negociação e reforçada pela deflagração da greve de 2026. No momento atual, nossa greve segue também com o objetivo de garantir a negociação pela regulamentação do RSC, para que seja amplamente acessível em seus critérios, conforme proposta de minuta da CNSC.

A aprovação do PL também encaminhou o fim da lista tríplice para eleição de reitores e reitoras nas Instituições Federais de Ensino com orientações para a realização de consulta pública com as comunidades, outra demanda histórica dos trabalhadores da educação que foi atendida, ainda que haja um caminho a ser percorrido até a total democratização das IFE com a possibilidade dos/as TAE concorrerem aos cargos de direção e Reitorado destas instituições.

Governo, centrão e direita celebram ataques ao serviço público

A sessão do senado que votou o PL contou com a participação da ministra Ester Dweck, do Ministério de Gestão e Inovação no serviço público, representando o governo federal, que foi recebida com aplausos pelos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados. Ficou evidente o pacto entre o Governo Federal e as lideranças do centrão e da direita para encaminhar a suposta modernização do serviço público. O clima de festa seguiu mesmo enquanto o relator, senador Randolfe Rodrigues, rejeitou todas as mais de 90 emendas ao projeto.

Dentre as emendas rejeitadas estavam as reivindicações da categoria TAE para garantir o RSC para todos (incluindo aposentados e pensionistas), a manutenção da jornada flexibilizada de 30 horas nas IFE, a reabertura de prazo para migração dos aposentados e pensionistas para o PCCTAE, bem como seu reposicionamento. Inicialmente protocoladas pela senadora Teresa Leitão, as emendas foram rejeitadas sem objeção dos parlamentares.

Outras demandas da categoria sequer foram assunto de emendas ou de debate durante a apreciação do PL, como a reivindicações dos colegas Tradutores e Intérpretes em Libras contra o item que define a contratação por tempo determinado de profissionais para atendimento a pessoas com deficiência nas IFE. A preocupação principal é que este dispositivo coloque em extinção suas carreiras e abra margem para futuras terceirizações e a precarização generalizada.

Criando carreiras transversais, encaminhando mudanças desde a forma de ingresso no Estado até a reorganização das carreiras, atualizando os mecanismos de avaliação de desempenho e criando mecanismos de desligamento incentivado, o governo federal empenha-se em ampliar a austeridade sobre o serviço público, com pouco ou nenhum diálogo com as representações sindicais.

Após a aprovação em regime de urgência na Câmara de Deputados e no Senado, o PL segue para sanção do Presidente da República.

Seguir na luta para afirmar nossas conquistas

Não podemos esquecer que a pauta de nossa greve é o cumprimento integral do acordo firmado em 2024, e não se limita apenas ao RSC.

Estamos em greve para garantir: a jornada de 30 horas para todos; a democratização completa das IFE, que deve contemplar a paridade nas eleições, nos conselhos deliberativos e possibilidade de eleição de técnicos para a reitoria e direções de unidades; a racionalização dos cargos ocupados; o reposicionamento dos aposentados e sua completa migração para o PCCTAE; a aplicação da carga horária das profissões regulamentadas; o fim das contratações temporárias para o cargo de Intérprete de Libras, com abertura de novos concursos (nível E); a revisão dos fazeres e atribuições; além de outras reivindicações.

Nossa luta é que vai assegurar, também, que o direito ao RSC não fique limitado às restrições orçamentárias do arcabouço fiscal e que contemple a todas e todos, incluindo os aposentados, as aposentadas e pensionistas, nunca esquecendo os colegas que se encontram em situação de enfermidade, acamados ou não, que sempre contribuíram e contribuem para a luta de nossa categoria. Como ficou eternizado no jargão do nosso colega da base em sua participação no CNG:

“não podemos esquecer dos aposentados, com muletas, sem muletas, os acamados e pensionistas também”.

Para isso, é preciso mobilizar para a greve os servidores e servidoras de cada Instituição Federal de Ensino do país, desde as capitais e centros urbanos até os rincões mais distantes. Nossa luta apenas começou, mas já mostra sua força. Agora é foco total na greve!

DIA NACIONAL DE LUTAS E INDICATIVO DE CARAVANA A BRASÍLIA

Orienta-se que cada entidade participe do Dia Nacional de Luta pelo Cumprimento do Acordo da Greve de 2024, produzindo manifestações ou atos de rua.

Em consonância com a Marcha Nacional de Servidoras/es Públicas/os, que acontecerá em Brasília/DF em 15 de abril, convocada pela CUT, indicamos que as entidades discutam a possibilidade de Caravana Nacional da FASUBRA, na primeira quinzena de abril, e informem a decisão à Federação por mensagem eletrônica. O retorno deve ser enviado para o endereço cng.secretaria@fasubra.org.br até o dia 18 de março.

COMBATE ÀS OPRESSÕES

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA Sindical orienta todas as entidades de base e comandos locais de greve a tratarem com máxima seriedade e firmeza qualquer situação de violência ou discriminação nos espaços da greve.

Não deverão ser toleradas atitudes machistas, racistas, LGBTfóbicas ou qualquer outra forma de violência que constranja, diminua ou despreze trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos em educação em razão de sua identidade, raça, cor, origem, gênero, orientação sexual ou qualquer outra condição.

Neste mês de março, marcado pela luta das mulheres, e diante de relatos de práticas machistas em diferentes espaços do movimento, reforçamos a necessidade de atenção e intervenção imediata diante de qualquer conduta dessa natureza.

A greve deve ser um espaço de unidade, respeito e defesa dos direitos humanos. Não podemos permitir que práticas de opressão se normalizem em nossos espaços de organização e luta.

DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES DE GREVE

O Comando Nacional de Greve orienta que as entidades produzam e divulguem suas atividades de greve por meio das diversas mídias e ferramentas audiovisuais, como: vídeos, podcasts, documentários, utilização das redes sociais, entrevistas à mídia e etc.

CALENDÁRIO	
MARÇO	
17	Marcha Nacional da Enfermagem
19	Dia Nacional de Lutas pelo Cumprimento Integral do Acordo da Greve de 2024
26 a 29	I Conferência Antifacista
ABRIL	
1ª quinzena	Indicativo de Caravana Nacional com a 3ª Marcha Nacional das Centrais em 15/04